

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.180 - AL (2019/0355267-7)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : UBIRAY LINO DE SOUZA JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por UBIRAY LINO DE SOUZA JUNIOR contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos referidos nos arts. 157, § 2º-A, I, do Código Penal e 33 da Lei n. 11.343/2006.

Na ação originária, alegou a defesa excesso de prazo para o oferecimento da denúncia e ausência de fundamentação idônea para a custódia cautelar – e-STJ fl. 100. No entanto, a Corte de origem denegou a ordem (e-STJ fls. 98/108).

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias quanto ao excesso de prazo, asseverando, para tanto, que *"parece mesmo ser longe do razoável aceitar que alguém permaneça preso cautelarmente por mais de 6 (SEIS) MESES sem que ao menos a denúncia tenha sido oferecida. Trata-se de evidente afronta aos princípios constitucionais do estado de inocência e da razoável duração do processo, valores caros ao nosso Estado Democrático de Direito"* (e-STJ fl. 118).

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso e, no mérito, requer o relaxamento da custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura (e-STJ fl. 120).

É, em síntese, o relatório.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, verifica-se que o recorrente, em 31 de outubro de 2019, foi beneficiado com a revogação da prisão por decisão de seguintes termos:

Por sua vez, considerando o lapso temporal entre a prisão do acusado e a presente data, passo a reanalisar sua segregação. Pois bem. Em análise aos fatos constantes no presente auto de prisão em flagrante, verifico que o indiciado Ubiray Lino de Souza Júnior fora preso em 07/03/19 pela suposta prática do crime de roubo majorado, conforme art. 157, §2º-A, I do Código Penal. Ao tempo da realização da audiência de custódia (fls. 41/45), a prisão do investigado fora convertida em preventiva para garantia da ordem pública diante da prova do crime e dos indícios suficientes de autoria. Consta nas fls. 95/97 a reavaliação da segregação do indiciado em 20/08/19, momento em que o magistrado aqui atuante a manteve, além do acórdão de fls. 114/123, referente ao julgamento de habeas corpus de relatoria do Des. José Carlos Malta, denegando a ordem. Pois bem. Não obstante a gravidade do crime aqui tratado, mormente porque praticado mediante o uso de arma de fogo, considero que o período de cerca de 8 (oito) meses de segregação provisória, sem o oferecimento de denúncia, aliás, sem sequer o envio dos autos do inquérito policial em questão, evidencia o constrangimento ilegal do indiciado, visto que supera, e muito, o prazo legal para a prática dos atos, em conformidade com o Código de Processo Penal. É que ao analisar a segregação do acusado, deve-se partir da premissa acerca da excepcionalidade inerente à prisão cautelar, com base no princípio da presunção de não culpabilidade, consagrado no inciso LVII, do art. 5º da nossa Carta Magna, o qual expõe que "ninguém será levada à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança". Ademais, o próprio Código de Processo Penal disciplina em seu art. 282, § 5º, que "O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem". Verifica-se, portanto, que a regra é que o indivíduo responda o processo em liberdade até que lhes sobrevenha sentença penal condenatória, de sorte que a segregação provisória é medida excepcional e que demanda fundamentação idônea. Não obstante a regularidade da prisão preventiva do indiciado, alicerçada, inclusive, pelos indícios suficientes de autoria e pela indubitável materialidade do delito, entendo que, ainda assim, o lapso temporal de sua segregação, que perdura por cerca de 8 (oito) meses, não encontra proporcionalidade com a legislação vigente, visto que sequer fora enviado o inquérito policial do crime em espeque para viabilizar o oferecimento da denúncia em desfavor do réu. Verifica-se, portanto, que a regra é que o indivíduo responda o processo em liberdade até que lhe sobrevenha sentença penal condenatória, porém, se faz necessária a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Neste sentido, adequadas ao caso, determino as seguintes medidas cautelares, previstas no art. 319, do CPP: I - Comparecimento bimestral em juízo, para informar e justificar atividades; II - Proibição de acesso ou frequência a bares, casas noturnas, prostíbulos, estabelecimentos comerciais, para evitar o risco de cometimento de infrações contra o patrimônio de outrem; III - Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

necessária para a investigação ou instrução. Assim sendo, com ênfase nas assertivas supra, revogo a prisão preventiva de UBIRAY LINO DE SOUZA JÚNIOR, concedendo-lhe a liberdade provisória com fundamento nos arts. 316 e 319, todos do CPP, mediante termo de compromisso com a imposição das medidas cautelares descritas no art. 319, I, II e IV, do CPP, sob pena de ser revogado o benefício, conforme art. 282, §4º, do mesmo diploma legal. Expeça-se alvará de soltura em favor do réu, com a ressalva de que este deve comparecer a este juízo para assinar o termo de compromisso, sob pena de revogação do benefício.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade, o presente recurso – que objetivava, justamente, a liberdade do recorrente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator